

A UTILIZAÇÃO DAS MÍDIAS NA EDUCAÇÃO PARA A INCLUSÃO DE PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS¹

Silvania Maria Conttri²
Josiane Kroll³

RESUMO

O desenvolvimento humano é um processo sociocultural que não acontece isoladamente, envolve as trocas entre os pares de pessoas. Neste sentido, a inserção de alunos com necessidades especiais no ensino regular tem amparo legal e representa ganhos significativos no que se refere à socialização e interação das crianças, pois se ampliam as possibilidades de aprendizagem através do convívio com o grupo e estimula-se o respeito às diferenças. A utilização das mídias para a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais é um fator relevante para que se ocorra efetivamente o processo de inclusão nas classes regulares de ensino e um importante avanço para tornar a aprendizagem significativa. Ao fim da discussão concluiu-se que a inclusão escolar e a utilização das tecnologias para o desenvolvimento das potencialidades de alunos portadores de necessidades especiais, ainda é um processo recente e que precisa ser trabalhado com empenho nas escolas regulares. É necessário o envolvimento de toda a equipe pedagógica, a fim de que os alunos com necessidades especiais tenham acesso a uma educação que prime pela eliminação de barreiras e pelo respeito à multiplicidade.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Portadores de necessidades especiais. Mídias. Tecnologias.

ABSTRACT

Human development is a socio-cultural process, which does not happen in isolation, involves exchanges between pairs of people. In this sense, the inclusion of students with special needs in regular education have legal support and represents significant gains in terms of socialization and interaction of children, because they extend the possibilities of learning through interaction with the group and encourages the respect differences. The use of media for the inclusion of people with disabilities is a relevant factor that occurs effectively the process of inclusion in regular education classes and an important step forward to make learning meaningful. After discussion it was concluded that the educational inclusion and use of technologies to developing the potential of students with special needs, it is still a recent process that needs to be fully engaged in regular schools. It is necessary to involve the entire teaching staff, so that students with special needs have access to an education that prime by removing barriers and respect for diversity.

KEYWORDS: Inclusion. People With Disabilities. Media. Technologies

¹ Artigo apresentado ao Curso de Mídias na Educação da Universidade de Santa Maria, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Mídias na Educação.

² Aluna do Curso de Mídias em Educação da Universidade Federal de Santa Maria

³ Professora Orientadora, Mestre, da Universidade Federal de Santa Maria

1. INTRODUÇÃO

Atualmente observa-se que o uso das mídias na educação contribui para o aprendizado e para a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais no ensino regular. Este assunto tornou-se muito discutido na sociedade atual e, portanto percebe-se a necessidade de uma maior discussão e reflexão sobre o tema no meio escolar, a fim de analisar como acontece o processo de inclusão desses alunos na escola regular.

Todavia é preciso investigar a problemática que diz respeito ao que é importante fazer do ponto de vista da educação para que aconteça a inclusão dos alunos com necessidades especiais. Através desse artigo analisa-se e busca-se compreender o processo de inclusão desses alunos no ensino regular, visando conhecer a realidade a partir do discurso atual das políticas públicas e também das dificuldades surgidas na sua escolarização.

O artigo trará na seção 2 o referencial teórico, o qual abordará a questão da educação inclusiva como um todo. Em seguida na seção 3, apresentará um tópico sobre como as mídias podem auxiliar no aprendizado e no desenvolvimento das potencialidades dos alunos portadores de necessidades especiais. Na seção 4 serão discutidos os resultados encontrados e por fim, na seção 5, são apresentadas as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Muitas foram as formas como a humanidade, ao longo de sua história, tratou as diferenças. Cada cultura, cada povo, cada tempo histórico, criou um espaço a ser ocupado por aqueles que fugiam aos padrões de normalidade, instituídos como forma de controle e manutenção da ordem de cada sociedade, baseado em ideais atléticos, éticos, estéticos, políticos, econômicos e religiosos. Para as pessoas consideradas deficientes, esse lugar foi marcado tanto pela segregação total ou pelo confinamento em instituições especializadas.

A história nos fornece dados que nas culturas primitivas antigas e medievais, a perfeição física e a possibilidade de os homens participarem no processo de produção da vida e do trabalho definiam a condição humana (SCHNEIDER, 2006). No entanto, muitos considerados anormais eram excluídos da sociedade e até eliminados.

Na Idade Média, a partir do Cristianismo, houve novas possibilidades de pensar a deficiência com a introdução na sociedade de novos valores. O amor ao próximo, a compaixão e a tolerância, passaram a mediar as representações de homem e as incapacidades e deficiências eram entendidas como manifestação da vontade de Deus. Conforme Júnior

(2000), essa ideia de vê-los como “bonzinhos” e “sem maldade”, permeou através dos séculos até os dias atuais.

Com a Idade Moderna, e com a ruptura da visão teológica cristã, a deficiência teve novas formas de representação. A partir de Locke, no século XIV, o comportamento dos homens, suas capacidades, e incapacidades ou deficiências, passaram a ser determinados por princípios e leis naturais. Assim, na Ciência, os deficientes, os loucos e incapazes não eram vistos como pessoas e sim como um organismo a ser tratado. Então eram excluídos porque não se ajustavam às condições impostas pelo capitalismo (BORGES, 2004)

Borges (2004) expõe que a partir dessa época, foram criadas instituições e asilos para os alunos deficientes, mentais, físicos, surdos e cegos, mais como forma de treiná-los e como controle dos “indesejáveis”.

O que tornou esses espaços segregativos, foi que essas instituições passaram a homogeneizar os indivíduos, enquadrando-os numa mesma categoria. Nessa época, surgem as primeiras investigações e atuações no campo das tecnologias colocando a escola em sintonia com a era da imagem que nos cerca e os resultados motivacionais em sala são marcantes (BORGES, 2004). Os recursos educacionais da era da eletrônica podem apresentar-se como novo paradigma educativo.

Segundo Vitkowski (2000), trabalhar didaticamente com as novas tecnologias implica uma série de conhecimentos necessários, que permitem que o professor atue “em estéreo”, em duas vias constantes, diferenciadas e complementares. Então todo o trabalho educacional realizado com esses indivíduos, tinha o interesse voltado à escolarização eram deixados em segundo plano.

Estudar a educação escolar das pessoas com necessidades especiais nos reporta não só a questões referentes a seus limites e possibilidades, como também aos preconceitos existentes nas atitudes da sociedade para com elas.

Conforme Damázio (2007), as pessoas com necessidades especiais enfrentam inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas. Muitos alunos incluídos podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, sócio-afetivo, linguístico-cultural e perdas consideráveis no desenvolvimento da aprendizagem.

Estudos realizados na última década do século XX e início do século XXI, por diversos autores e pesquisadores oferecem contribuições à educação de alunos incluídos na

escola regular, ressaltando a valorização das diferenças no convívio social e o reconhecimento do potencial de cada ser humano (DAMÁZIO, 2007).

Poker (2001) *apud* Damázio (2007), afirma que as trocas simbólicas provocam a capacidade representativa desses alunos, favorecendo o desenvolvimento do pensamento e do conhecimento, em ambientes heterogêneos de aprendizagem.

Segundo Schneider (2006) a inclusão implica a reformulação das políticas educacionais e de implementação de projetos educacionais inclusivos nas escolas, atendendo todos os indivíduos na sua diversidade. Então, os sistemas de ensino e as escolas devem modificar seu funcionamento e se constituir em sistemas e instituições educacionais de atendimentos das necessidades educativas dos seus diferentes alunos.

É possível que essas mudanças ocorram, sabe-se, porém, que o desenvolvimento de uma educação inclusiva só ocorre com a mudança do professor. Por isso é importante refletir também sobre a formação de professores.

Damázio (2007) propõe que as escolas busquem meios para a participação e aprendizagem dos alunos nas salas de aula, como em um atendimento educacional especializado.

Bueno (2001) *apud* Borges (2004) argumenta que se as escolas puderem se adequar à realidade de seus alunos poderá atender a todos, sem exceções, conforme propõe a Declaração de Salamanca. O autor propõe alternativas para viabilizar o atendimento educacional de alunos especiais na escola regular. Para ele, tornar-se imprescindível a ampliação, por parte do sistema de ensino, do acesso e da permanência qualificativa da criança na escola. De acordo com ele, o fracasso da educação decorre do descaso na educação das minorias.

Marchesi (1995) *apud* Borges (2004) propõe que as escolas desenvolvam um ensino de qualidade e que favoreça o crescimento pessoal e profissional dos alunos especiais. Para isso ele propõe estratégias como a necessidade de interação, e adequação das metodologias de ensino e das atividades, professores de apoio, preferencialmente o trabalho individual em turno inverso.

Bueno (2001) lembra que a Declaração de Salamanca se refere especificamente aos alunos com necessidades educacionais e que constata:

É preciso que as escolas se modifiquem para atender a toda e qualquer diversidade, e que, portanto, devem acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de populações distantes ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias

linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos menos privilegiados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. (p. 37).

Considerando esses aspectos, desenvolver recursos de acessibilidade seria uma maneira concreta de neutralizar as barreiras causadas pela deficiência e inserir as pessoas portadoras de necessidades especiais nos ambientes ricos para a aprendizagem e para o desenvolvimento de suas potencialidades. A seguir poder-se-á observar como as mídias podem auxiliar esses indivíduos.

3. DESENVOLVIMENTO DAS POTENCIALIDADES DE APRENDIZADO DE ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS MEDIANTE O USO DAS MÍDIAS

O presente tópico busca discutir a utilização das mídias no desenvolvimento do aprendizado dos alunos portadores de necessidades especiais. Destacam-se primordialmente alguns aspectos legais sobre a inclusão desses alunos nas classes regulares de ensino para, então, abordar-se a utilização das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem de alunos com necessidades especiais.

3.1 A legislação e a inclusão

A educação é um direito de todos, como ressalta o artigo 205 da Constituição Federal (1988), sendo a igualdade de condições um princípio do ensino (artigo 206 - CF). A matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino é assegurada no artigo 208 (CF), o que deixa claro a iniciativa de promover paulatinamente a inclusão nas instituições de ensino do país.

Na mesma direção, a Lei Nº 9394/96 (Lei De Diretrizes e Bases Da Educação Nacional – 1996), em seu Capítulo V, que trata da Educação Especial, traz, no artigo 58, a oferta de educação no ensino regular para as crianças com necessidades especiais, garantindo o apoio especializado para os alunos que frequentarem as classes regulares e também o atendimento educacional para as crianças cujas condições específicas não permitirem a integração. Ressalta ainda, no artigo 60, que será ampliado o atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino.

O Decreto nº. 3.298 que regulamenta a Lei nº. 7.853 (dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência) em sua Seção II, artigo 24

salienta a oferta da educação ao aluno com deficiência a partir da educação infantil e preferencialmente em estabelecimentos regulares de ensino.

A lei nº 10.172/01, que aprova o Plano Nacional de Educação estabelece vinte e oito objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais e dentre elas destacam-se: a ampliação da oferta de atendimento desde a educação infantil até a qualificação profissional dos alunos partindo do desenvolvimento de programas educacionais em todos os municípios com parcerias nas áreas de saúde e assistência social; atendimento preferencial na rede regular de ensino e atendimento extraordinário em classes e escolas especiais; estabelecimento de ações preventivas e parcerias necessárias ao pleno desenvolvimento do portador de necessidades educacionais especiais em escola inclusiva e promoção da educação continuada de professores em exercício.

Diante do exposto, observa-se que existem várias leis que garantem a inclusão de crianças com necessidades especiais no ensino regular. Porém, as realidades escolares ainda demonstram falta de preparo e receio por parte dos profissionais que trabalham com essas crianças em sala de aula, além do fato de muitas famílias ainda expressarem preferência por escolas especiais, temendo discriminação e dificuldades de acesso e permanência nas classes regulares.

3.2 O processo de escolarização dos alunos portadores de necessidades especiais na escola regular

Um tema amplamente discutido no meio escolar é a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular. Schneider (2006) referencia que a criança incluída na escola regular pode beneficiar-se por estar nela, mais isso requer, necessariamente, uma educação diferenciada; uma educação no seu sentido amplo, etimológico, de formação de vida, não no sentido da escolarização, isto é, visando à formação profissional. Educação no sentido mais amplo quer dizer educar, sustentar, acompanhar, orientar, conduzir.

Ainda a mesma autora conota que para a criança ter possibilidade de se beneficiar aprendendo e para que o benefício não reverta apenas para a criança incluída, mas também sirva como uma experiência enriquecedora para a instituição, para a comunidade educativa e, para as outras crianças.

Schneider (2006) enfatiza que a partir da Declaração de Salamanca, elaborada em 1994 muitos países assumiram o compromisso com políticas de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular. Assim os fatores decisivos foram a

constatação de que qualquer criança possui características, interesses, habilidades e necessidades únicas, de modo que a escola precisa se adequar a ela através do currículo, instrução e serviços educativos, e a perspectiva política da construção de um sistema escolar de qualidade para todos. A Declaração de Salamanca ressalta que é preciso que as escolas se modifiquem para atender a toda e qualquer diversidade e que devem acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Tais observações trazem vários desafios para os sistemas de ensino, entre os quais a necessidade da escola inclusiva desenvolver uma pedagogia centrada na criança, capaz de educar com sucesso.

Portanto para Schneider (2006), a Declaração de Salamanca apresenta uma perspectiva política e social, ou seja, a inclusão de toda e qualquer criança no ensino regular, independentemente de suas condições físicas ou de sua origem social ou cultural.

A lei estabelece que os sistemas de ensino deverão assegurar currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender as necessidades desses alunos; professores especializados ou devidamente capacitados para atuar e promover a integração desses educandos em salas de aula comum (Schneider, 2006).

Existem muitos dispositivos legais e político-filosóficos que possibilitam estabelecer o horizonte das políticas educacionais, de modo a assegurar a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade no processo educativo assim como Schneider (2006) afirma. Tais dispositivos, entre outros, deveriam converter-se num compromisso ético-político de todos nas diferentes esferas de poder e em responsabilidades bem definidas para sua operacionalização na realidade escolar. Entretanto, parece haver ambiguidade em relação à forma de efetivação no âmbito escolar. O corpo docente das escolas regulares parece não responder ao desafio de ter de receber a todos.

Segundo a resolução CNE/CEB, de Julho de 2001, o atendimento escolar de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais tem início na educação infantil, nas creches e pré-escolas e lhes serão assegurados os serviços de educação especial sempre que evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado. Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas se organizarem para o atendimento de educandos com necessidades especiais, assegurando-lhes as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001)

Schneider (2006) coloca que se deve entender um processo educacional definido, uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns. Também de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais em todas as etapas e modalidades da educação básica. Devem também os sistemas de ensino constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotando de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva.

Além disso, para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, a escola deve contar com um assessoramento técnico para a avaliação do aluno no processo de ensino-aprendizagem, abrangendo a experiência de seu corpo docente, diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais; com o setor responsável pela educação especial do respectivo sistema e com a colaboração da família e a cooperação dos serviços de saúde, assistência social, trabalho, justiça e esporte, bem como do Ministério Público, quando necessário.

O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular em qualquer etapa ou modalidade da educação básica. Devem as escolas da rede regular de ensino prever e prover na organização de suas classes comuns professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, para que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade; flexibilizações e adaptações curriculares, que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto da escola e serviços de apoio pedagógico especializado.

Quanto às adaptações curriculares, Schneider (2004) expõe a partir do documento *Adaptações Curriculares – Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Especiais*”, que integra o parecer nº 441/2002, o qual estabelece os parâmetros para a oferta da educação especial no sistema estadual de ensino, o MEC orienta que o projeto pedagógico da escola, como ponto de referência para definir a prática escolar, deve orientar a

operacionalização do currículo, como um recurso para promover o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos. Para isso, devem ser considerados aspectos tais como atitude favorável da escola para diversificar e flexibilizar o processo de ensino aprendizagem, de modo a atender as necessidades educacionais especiais para justificar a priorização de recursos e meios favoráveis à sua educação; adoção de currículos abertos e de propostas curriculares diversificadas; flexibilidade quanto à organização e ao funcionamento da escola para atender a demanda diversificada dos alunos; possibilidade de incluir professores especializados, serviços de apoio e outros não convencionais para favorecer o processo educacional.

Assim, continua a autora, essa concepção coloca em destaque a adequação curricular como elemento dinâmico da educação para todos e a sua viabilização para os alunos com necessidades educativas especiais. Pensar em adequação curricular significa considerar o cotidiano das escolas, levando em conta as necessidades e capacidades dos alunos e os valores que orientam a prática pedagógica. Para alunos que apresentam necessidades educacionais especiais essas questões têm um significado particularmente importante.

Pensando a prática educativa com um “novo olhar”, sensível às diferenças, atento às dinâmicas e demandas de cada aluno, respeitando suas limitações e estimulando suas habilidades, a implantação de uma sala de recursos para atendimento educacional especializado torna-se uma aliada para o trabalho educativo com crianças portadoras de necessidades especiais.

Diante desse contexto, a implementação de uma sala de recursos na escola procura promover uma educação inclusiva, possibilitando promover o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos portadores de necessidades especiais na rede regular de ensino. Inclusão implica em mudanças, tanto no sistema quanto na escola, envolvendo adequações na parte física e atingindo até o currículo, que deve ser reestruturado e transformado: acessível às crianças que possuem necessidades educativas especiais, para que a educação inclusiva seja realmente efetiva e eficaz, cumprindo-se a legislação.

3.3 Educação Inclusiva: o uso das tecnologias no ensino regular de alunos com necessidades especiais

A educação de pessoas com necessidades especiais, que antes se delimitava em um modelo de atendimento clínico e segregado, tem se voltado para a chamada Educação

Inclusiva. Essa proposta preconiza que todos os alunos, mesmo aqueles em condições que afetam diretamente a aprendizagem, tais como sensoriais (surdez e cegueira), mental ou cognitiva, e os transtornos severos de comportamento (autismo e psicoses), devem ter a possibilidade de se integrar ao ensino regular (GLAT, 2009)

Ensinar o aluno com necessidades especiais junto com os demais é o grande desafio da Educação Inclusiva, pois é nesse aspecto que a inclusão deixa de ser uma filosofia, uma ideologia ou uma política, tornando-se ação concreta em situações reais, envolvendo indivíduos com dificuldades e necessidades específicas.

A Educação Inclusiva compreende a construção de uma escola aberta para todos, que respeita e valoriza a diversidade, desenvolve práticas colaborativas, forma redes de apoio à inclusão e promove a participação da comunidade. Assim, a inclusão de alunos com necessidades especiais na classe regular implica o desenvolvimento de ações adaptativas, visando à flexibilização do currículo, para que ele possa ser desenvolvido de maneira efetiva em sala de aula e atender às necessidades individuais de todos os alunos (GLAT, 2009). Dentre essas ações vale destacar a ampliação de recursos e serviços que assegurem condições de acessibilidade às pessoas com necessidades especiais.

A efetivação da acessibilidade requer eliminar preconceitos, exigindo mudança de atitude em relação às diferenças, adequando estruturas físicas que permitam a mobilidade; o acesso às tecnologias, aos códigos e às linguagens que possibilitem formas diferenciadas de comunicação; e alteração das práticas pedagógicas que promovam a interação e valorizem as diferentes formas de construção do conhecimento.

Pensando em formas diferenciadas de construção do conhecimento é que as tecnologias tornam-se uma importante aliada no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais na classe regular de ensino.

As tecnologias, quando bem utilizadas, podem dinamizar e facilitar o desenvolvimento de qualquer aluno, haja vista que ajuda a recriar situações comuns às linguagens dos alunos, estimulando o processo de construção do conhecimento. No caso de alunos portadores de necessidades especiais, as tecnologias podem ser uma grande parceira no processo de inclusão. Para isso, elas precisam ser planejadas conjuntamente com o professor e o responsável pelo Atendimento Educacional Especializado, de acordo com as necessidades de cada aluno, pois colabora para a ampliação de suas potencialidades.

Conforme Mantoan (2000)

(...) para se tornarem inclusivas, acessíveis a todos os seus alunos, as escolas precisam se organizar como sistemas abertos, em função das trocas entre seus elementos e com aqueles que lhe são externos. Os professores precisam dotar as salas de aula e os demais espaços pedagógicos de recursos variados, propiciando atividades flexíveis, abrangentes em seus objetivos e conteúdos, nas quais os alunos se encaixam, segundo seus interesses, inclinações e habilidades. (p.02)

Dessa forma, o uso da tecnologia coloca a escola em sintonia com a realidade que a cerca, sendo as tecnologias, sofisticadas instrumentos educacionais de suporte ao trabalho do professor. Segundo Zulian e Freitas (2000),

(...) os ambientes de aprendizagem baseados nas tecnologias da informação e da comunicação, que compreendem o uso da informática, do computador, da Internet, das ferramentas para a Educação a Distância e de outros recursos e linguagens digitais, proporcionam atividades com propósitos educacionais, interessantes e desafiadoras, favorecendo a construção do conhecimento, no qual o aluno busca, explora, questiona, tem curiosidade, procura e propõe soluções. O computador é um meio de atrair o aluno com necessidades educacionais especiais à escola, pois, à medida que ele tem contato com este equipamento, consegue abstrair e verificar a aplicabilidade do que está sendo estudado, sem medo de errar, construindo o conhecimento pela tentativa de ensaio e erro. (p. s/n)

Logo, observa-se que as tecnologias são recursos atraentes e instigantes, que podem auxiliar na inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Vale ressaltar que cabe ao professor encontrar as melhores condições para utilizar as tecnologias em sala de aula, ao se posicionar como interlocutor nas diferentes situações. Com um planejamento estruturado e compatível com a realidade de sua sala de aula, o professor pode utilizar as tecnologias de forma criativa e atraente, valorizando a individualidade de cada um, reconhecendo suas limitações e potencialidades, especialmente no que tange o processo de ensino-aprendizagem de alunos com necessidades especiais.

Valente (1997 apud ZULIAN e FREITAS, 2000) coloca que:

O computador significa para o deficiente físico um caderno eletrônico; para o deficiente auditivo, a ponte entre o concreto e o abstrato; para o deficiente visual, o integrador de conhecimento; para o autista, o mediador da interação com a realidade; e, para o deficiente mental, um objeto desafiador de suas capacidades intelectuais. (s/p)

Não somente o computador pode contribuir para o processo de construção do conhecimento, como também as demais tecnologias. Todas elas contribuem para um trabalho lúdico-pedagógico, que tornam a aprendizagem atrativa, instigante, desafiadora e significativa, tanto para os alunos com necessidades especiais, quanto para os demais. (ANEXO II, Fig 1.)

3.4 As mídias utilizadas no aprendizado de alunos com necessidades especiais

Em todos os níveis de ensino, as mídias têm se mostrado uma importante ferramenta no processo de ensino-aprendizagem de alunos com necessidades especiais. Elas vêm a contribuir para o efetivo processo de inclusão desses alunos na classe regular de ensino, auxiliando no desenvolvimento de suas potencialidades e minimizando suas limitações.

Conforme Menicucci (2011), as mídias que podem ser utilizadas com os alunos portadores de necessidades especiais, de acordo com suas potencialidades e limitações, são:

- Para os alunos cegos e com baixa visão deverão ter acesso não só ao apoio pedagógico, como também aos equipamentos e recursos tecnológicos disponíveis, tais como:
 - DOSVOX: sistema de aplicativos ou programas, que permite ao usuário executar tarefas como edição e leitura de textos, usar a Internet, entre outros;
 - VIRTUAL VISION: recursos de software leitor de tela que, junto com sintetizadores de voz, "lêem" o conteúdo da tela de um computador; (ANEXO I, Fig. 1)
 - IMPRESSORA BRAILLE: impressoras especiais de computadores, que transcrevem material da tinta para o Sistema Braille;
 - MÁQUINA PERKINS: datilografia no sistema de escrita Braille;
 - REGLETE e PUNÇÃO: prende-se a folha de papel na reglete e usa-se a punção como substituto do lápis.
- Para os alunos surdos o Intérprete de Língua Brasileira de Sinais é o profissional que traduz a fala do emissor para a língua de sinais, ou vice-versa, possibilitando uma comunicação favorável entre surdos e ouvintes. Já o intérprete oral é o profissional que atende a demanda dos alunos surdos que não se comunicam através das LIBRAS e apresentam limitações em acompanhar a fala dos professores. Este profissional repete toda a fala do emissor, usando recursos específicos para atingir a compreensão dos alunos que se comunicam apenas através da leitura labial.
- As pessoas com limitações locomotoras podem apresentar restrições na locomoção, dificuldades na fala e no uso funcional das mãos, não conseguindo cumprir as tarefas escolares da forma usual, como as pessoas sem deficiências. Para tanto, será necessário utilizar recursos que possam auxiliar na comunicação e escrita na sala de aula e nas demais atividades acadêmicas. Os recursos de tecnologia (ajudas técnicas) podem ser aplicados à educação com o objetivo de otimizar o potencial do aluno, substituir uma

função que ele não tenha, ou uma função na qual ele apresente dificuldades. Os recursos podem servir de auxílio complementar para que ele possa exercer determinada função de forma mais eficaz. Dentre esses recursos, podemos citar desde simples adaptações em lápis até computadores com teclados virtuais e cadeiras motorizadas; teclado colorido com placa de acrílico transparente – para facilitar a digitação de pessoas com coordenação de movimentos dos dedos das mãos; ponteira de cabeça para teclado em substituição das mãos; mouse adaptado e acionador para uso com os teclados virtuais; teclado virtual comunique para utilização com uso do mouse e acionador. (ANEXO I, Fig 2)

Além disso, a Revista Inclusão, através dos autores Filho e Damasceno (2006), traz detalhes sobre o uso das mídias, em especial do computador e da Internet, com alunos com diferentes graus de comprometimento motor, sensorial e/ou de comunicação e linguagem, em processos de ensino-aprendizagem. De acordo com esses autores, com adaptações físicas ou órteses, que “são todas as adaptações ou aparelhos fixados e utilizados no corpo do aluno e que facilitam a interação do mesmo com o computador”, tais como pulseira de pesos, estabilizador de punho e abdutor de polegar com ponteira para digitação, ponteiros de cabeça ou hastes fixadas na boca ou no queixo, podem auxiliar alunos com sequelas de paralisia cerebral.

Há ainda, conforme Filho e Damasceno (2006) as adaptações de hardware, que “são todos os aparelhos ou adaptações presentes nos componentes físicos do computador, nos periféricos ou quando esses são especiais e adaptados” tais como a máscara de teclado ou colmeia, mouses adaptados, teclados especiais, impressoras Braille, monitores com tela sensível ao toque, os quais podem auxiliar no desenvolvimento de alunos com dificuldades de coordenação motora, cegos, entre outros.

Além disso, há também os softwares especiais de acessibilidade, que “são programas especiais de computador que possibilitam ou facilitam a interação do aluno com deficiência com a máquina” (FILHO; DAMASCENO, 2006). Dentre esses se destacam as “opções de acessibilidade” do Windows (Iniciar – configurações – painel de controle – opções de acessibilidade); configurações como “teclas de aderência”; a opção de “alto contraste na tela”, para pessoas com baixa visão; simuladores de teclado e de mouse, entre outros.

Observa-se, então, que desde que usadas de forma planejada e contextualizada, as mídias podem contribuir para o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com necessidades especiais.

Cabe ressaltar que, além de frequentarem a classe regular de ensino, os alunos também têm acesso à sala de recursos multifuncionais, a qual é caracterizada pelo atendimento educacional especializado (AEE), oferecido em turno inverso ao da aula regular, e realizado de forma individualizada por um profissional especializado em Educação Especial.

O trabalho em conjunto e o diálogo constante entre o professor da turma regular e o profissional do AEE, juntamente com o apoio da família, torna-se imprescindível para o pleno aprimoramento das potencialidades dos alunos com necessidades especiais.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A legislação ressalta que sendo a educação um direito de todos, ela deve oferecer condições iguais de acesso à escola. Além disso, a inserção de alunos portadores de necessidades especiais no ensino regular é assegurada por lei e garante o apoio especializado, quando necessário, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Observa-se que, embora regularizada, a educação inclusiva está acontecendo aos poucos, na medida em que as escolas tem-se adaptado e aperfeiçoado, para receber essa nova demanda de alunos.

Apesar de o processo de escolarização de crianças com necessidades educativas especiais ser lento, percebe-se que a inclusão é benéfica para todos. É uma experiência significativa para a comunidade escolar, que aprende a trabalhar e respeitar as diferenças, e ainda reconhecer que todas as pessoas são diferentes entre si, possuindo potencialidades e limitações.

Vale ressaltar a importância de um projeto político-pedagógico que contemple as diferenças, oferecendo serviços e recursos especializados de acordo com suas possibilidades, um currículo flexível e profissionais capacitados e comprometidos com seu trabalho.

Uma das formas para que a inclusão se efetive é com a utilização das mídias, haja vista que elas dispõem de recursos de acessibilidade que contribuem para o processo de ensino-aprendizagem. As mídias colaboram para que o ensino se torne dinâmico e significativo, desde que integradas e contextualizadas com o trabalho do professor.

Sabe-se, porém, que nem todas as escolas possuem acesso às mídias que atendem os diferentes tipos de necessidade especial. Isso é um processo que está sendo introduzido aos poucos, pois necessita de recursos financeiros e humanos para se tornar possível.

As salas com recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado é ainda um privilégio de poucas instituições de ensino, seja pelos recursos materiais, seja pela capacitação dos professores para atuarem nelas. Observa-se que, nas escolas em que já estão instaladas, constituem-se num grande auxílio para os professores da classe regular. Esses podem conversar e trocar informações e experiências com o responsável pela sala de recursos, procurando aperfeiçoar sua prática pedagógica diante dessa nova realidade que se instala.

No contexto escolar, a escola com sala de recursos multifuncionais atende alunos com diferentes necessidades especiais. Dentre essas, pode-se citar o atendimento de três alunos com diferentes necessidades especiais. Vale ressaltar que os nomes citados são fictícios.

O aluno João Artur tem quatro anos e seus movimentos do seu lado esquerdo são comprometidos, pois possui paralisia cerebral com hemiparesia esquerda. Observa-se que ele pouco utiliza a mão esquerda e, quando incentivado a usá-la, sente-se um pouco constrangido. Na escola, não utiliza o banheiro, pois em casa quem o ajuda é a mãe (a baixar e levantar a roupa) então evita ir quando está em aula.

Neste ano foram propostas atividades explorando jogos educativos (quebra-cabeças, sequência lógica, memória, dominó, etc), várias situações envolvendo letras e números, leitura de histórias com recursos variados, brincadeiras com bolas, uso do computador – manuseio do mouse e do teclado, desenho, recorte, colagem e pintura. Tudo foi organizado buscando envolver o aluno em situações prazerosas e lúdicas, além de buscar sua maior autonomia nos movimentos de coordenação motora fina e ampla através de atividades físicas e exploração motora.

Jeferson tem sete anos e um diagnóstico de hiperatividade. Frequenta o 2º ano do ensino fundamental, toma ritalina e mostra-se um menino extremamente agitado; não nomeia as letras do alfabeto, ainda não sabe escrever seu nome e, segundo a professora da sala de aula regular. Tem muita dificuldade em permanecer em sala de aula e realizar as atividades propostas. Nesse sentido, nos atendimentos oferecidos ao aluno foram explorados jogos diversos (quebra-cabeças, memória, dominó, tabuleiro, associação, sequência lógica, encaixe) contemplando letras e números, além também de utilizar o nome próprio e de pessoas da família em atividades de recorte, desenho e colagem, a fim de que o Jeferson fosse se apropriando paulatinamente do universo letrado.

Gustavo tem cinco anos, possui síndrome de down e está matriculado em uma escola de educação infantil. Sua oralidade é bem restrita, pronuncia alguns sons, balbucia pequenas palavras.

No decorrer deste ano letivo foram propostas situações nas quais se buscou estimular a oralidade do Gustavo e familiarizá-lo com o universo letrado, sendo desenvolvida a contação de histórias com recursos variados, jogos pedagógicos diversos (memória, dominó, quebra-cabeça, peças de encaixe), exploração do computador (jogos interativos, histórias, letras do nome e pequenos números), além de atividades com bola e música.

Pode-se dizer que as mídias são um instrumento valioso no processo de ensino-aprendizagem, principalmente para os portadores de necessidades especiais. Elas colaboram para tornar a aprendizagem significativa e auxiliam no desenvolvimento das potencialidades dos alunos, possibilitando-os experimentar diferentes formas de aprendizagem. Em anexo segue algumas fotos da sala de recursos multifuncionais e de alguns alunos utilizando a sala.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desse estudo, pode-se perceber que a inclusão das mídias é benéfica, pois possibilita o aprendizado mútuo, a cooperação e o respeito. Desta forma, receber na escola regular um aluno com necessidades especiais envolve flexibilidade no currículo, disposição para novas práticas pedagógicas e constante busca por saberes acerca das necessidades dos alunos.

Neste sentido, promover a inclusão exige preparo dos profissionais que estão em sala de aula com os alunos; participação da família na inserção e permanência desta criança na escola; a oferta de recursos didáticos adequados para o fazer pedagógico; além do acompanhamento de uma equipe multidisciplinar que auxilie o aluno no seu desenvolvimento e complemente o trabalho realizado na escola regular. Um ensino “para todos os alunos” requer qualidade e necessita do envolvimento de professores, gestores, especialistas, pais, alunos e outros profissionais.

A utilização das mídias é um importante suporte para a inclusão e para o desenvolvimento das habilidades dos alunos com necessidades especiais. Além de serem atrativas, tornam o processo de aprendizagem significativo e, quando contextualizadas, contribuem de forma efetiva para o pleno aprimoramento das potencialidades dos alunos.

As salas com recursos multifuncionais servem de apoio ao professor da classe regular de ensino que, juntamente com o responsável pela sala, pode elaborar estratégias para o melhor aproveitamento das habilidades dos seus alunos.

Assim, devemos ressaltar que a escola comum somente será inclusiva quando reconhecer as diferenças que existem entre as crianças e buscar a participação e o progresso de todos, a partir da modificação de suas práticas pedagógicas. A multiplicidade faz parte do processo de ensino-aprendizagem e cabe a escola compreender que a inclusão não é um obstáculo na prática docente, mas sim, uma nova maneira de perceber os alunos e a construção de conhecimentos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A INCLUSÃO como caminho para a conquista da cidadania. Editorial. **Jornal das Missões**. 24 abr 2004.

ASSUMPTÃO JUNIOR, Francisco B. **Introdução ao estudo da deficiência mental**. São Paulo: Memnon, 2000.

BEYER, HUGO Otto. Avaliação na Educação Especial e o Paradigma de Vygotsky. **Cadernos de Educação Especial**, Santa Maria, n. 12, p. 5-13, 1997.

BORGES, Amélia Rota. **Com a Palavra os Surdos: o que eles tem a dizer sobre a escola regular**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2004.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial. Diretrizes de Educação Infantil para a Educação Especial**. Brasília: MEC/ SEESP, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. **Estratégias e Orientações Pedagógicas para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais: dificuldades de comunicação e sinalização**. (Educação Infantil, 7). Secretária de Educação Especial- Brasília: MEC; SEESP, 2002.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão: introdução/ coordenação geral** Francisca Roseneide Furtado do Monte, Idê Borges dos Santos. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Deficiência Mental**. Organizado por Erenice Natalia Soares Carvalho. – Brasília: SEESP, 1997.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Saberes e Práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdez**. Coordenação geral – Francisca Roseneide do Monte, Idê Borges dos Santos. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Estratégias e Orientações pedagógicas para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais: dificuldades de comunicação e sinalização:surdez**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC, SEESP, 2002.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Deficiência Auditiva**. Organizado por Giuseppe Rinaldi et al. – Brasília: SEESP, 1997.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília,7-10 jun. 1994.

BUENO, J.G.S. **A educação do deficiente auditivo no Brasil: situação atual e perspectivas**. In: Alencar EMLS, organizador. Tendências e desafios da educação especial. Brasília, DF: MEC, SEESP, 1994, p.35-59.

BUENO, J.G.S. **A inclusão de deficientes auditivos nas classes comuns do ensino regular**. Temas Desenvolvidos 2001; 9 (54): 21-7.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação inclusiva e escolarização dos surdos**. Integração. Brasília, ano 13, n. 23, p. 37-42, 2001.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem Escolar**. Porto Alegre: ARTES MÉDICAS, 1995.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado: pessoas com surdez**. Brasília: SEESP/ SEED/ MEC, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_da.pdf> Acesso em 15 set 2011.

GLAT, Rosana. **A Educação Inclusiva: Ensino Fundamental para os portadores de necessidades especiais**. In VALLE, Bertha de Borja Reis; NOBRE, Domingos Barros; ANDRADE, Eliane Ribeiro. Fundamentos das Classes Iniciais do Ensino Fundamental. Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2009.

GALVÃO FILHO; Teófilo Alves; DAMASCENO, Luciana Lopes. **Tecnologias Assistivas para autonomia do aluno com necessidades educacionais especiais**. Inclusão – Revista da Educação Especial. Ano 2. Nº 2. Agosto/ 2006, p. 25-32.

LODI. Cláudia B. et al.**Leitura e Escrita: no contexto da diversidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Texto publicado em **Espaço: informativo técnico-científico do INES**, nº 13 (janeiro-junho 2000), Rio de Janeiro: INES, 2000, p. 55-60.

MAZZOTA, Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 1998.

MENICUCCI, Maria do Carmo. **Tecnologias Assistivas na Educação de Alunos com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior**. Disponível em

<http://www.pucminas.br/seminarioprograd/vi_seminario/pdfs/profa_m_carmo.pdf>
Acessado em 25/09/2011.

POKER, Rosimar Bortolini. **Troca simbólica e desenvolvimento cognitivo em crianças surdas: uma proposta educacional**. UNESP, 2001.363P. Tese de Doutorado.

PRESTES, Irene Carmem Piconi. **Psicologia da Educação**. Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2009.

Revista Educação Especial/ Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação/ Departamento de Educação Especial/ Laboratório de Pesquisa e Documentação-LAPEDOC- n.º 24. Santa Maria, 2004.

SCHNEIDER, Roseléia. **Educação de Surdos: inclusão no ensino regular**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.

SILVA, Alessandra da.; LIMA, Cristiane Vieira de Paiva; DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Deficiência Auditiva**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

VALENTE José Armando (org.). **Liberando a mente: computadores na educação especial**. Campinas: UNICAMP, 1991.

VALLE, Bertha de Borja Reis; NOBRE, Domingos Barros; ANDRADE, Eliane Ribeiro. **Fundamentos das Classes Iniciais do Ensino Fundamental**. Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2009.

VITKOWSKI, José Rogério. **O paradigma emergente e a integração das novas tecnologias no projeto TV escola**. Olhar de professor. Ponta Grossa: nov.2000 Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/viewArticle/1723>> Acesso em 24 jun 2011.

ZULIAN, Margaret Simone; FREITAS, Soraia Napoleão. Artigo **Formação de professores na educação inclusiva: aprendendo a viver, criar, pensar e ensinar de outro modo**. Cadernos de Educação Especial / Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação / Departamento de Educação Especial / Laboratório de Pesquisa e Documentação – LAPEDOC. Vol. 2 (2001) - Nº 18 (2001) - 112 p. - Santa Maria. Disponível <http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp/2001/02/r5.htm>. Acessado em 25/09/2011.

ANEXO I



Fig. 1. Aluno com deficiência visual trabalhando a escrita no notebook.



Fig. 2. Aluno com deficiência física trabalhando com jogos

Anexo II



Fig. 1. Sala de Recursos Multifuncionais